

ATA DA 217ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 08/12/2016

PRESIDENTE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA

MARIA ADENILDA MASTELARO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
PAULO ROBERTO BELINELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
JOÃO CORTEZ NETO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MARIA REGINA DA COSTA E SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AIRSON DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ELIZABETE FERREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
REGINA CÉLIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
CÁSSIA SCHIFFER ROGERO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PEDRO CARLOS STELIAN (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VIVIANE DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes das Instituições Governamentais:

MARIA JOSÉ ROLLO RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIAGO MORAES COELHO DALE CAIUBY (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JAIR ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCO TADEU MOREIRA DE MORAES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIS VIEIRA PINTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA CÍCERA DE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCESCA EDNELDA ANDRADE GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DIONÍSIO REIS SIQUEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

III – Ausentes:

MARIA MACEDO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ANA ARLENE CARVALHO GOUVEIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
VERA LUCIA DIAS PADILHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIZI DA SILVA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
GRAÇA MARIA DE CARVALHO CÂMARA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARLY APARECIDA LOPES ALONZO MAZZUCATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
IVAN GUILHERME LADAGA VICENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
ANDREZA TONASSO GALLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – A.G.P.P.
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: cumprimenta a todas e todos e dá início à 217ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde da Cidade. Solicita ao secretário geral que faça a leitura da pauta para aprovação.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questão de Ordem: Solicita um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do acidente de avião da Chapecoense, pelo falecimento de vários jovens, jornalistas e tripulantes, causando grande comoção neste País. Façamos uma homenagem também em memória de Fidel Castro, falecido nessa semana.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Façamos um minuto de silêncio. Inicia a reunião.

Julio Cesar, Secretário Geral do CMS/SP: Lê a pauta da reunião.

Pauta

- A- Aprovação da Ata da 216ª Reunião Plenária Ordinária;
- B- Informes da Mesa;
- C- Informes dos Conselheiros;
- D- Informes das Comissões
- E- Ordem do Dia:

1 – SISFACTO 2016

F – Deliberações

- 1- Aprovar Calendário de Reuniões para 2017;
- 2- Confecção de Painel Móvel contendo a linha do tempo do Conselho Municipal de Saúde;
- 3- Indicação de 01 representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa Núcleo de Hospital da Força Aérea de São Paulo;
- 4- Indicação de 01 representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Heliópolis;
- 5- Resolução Educação Permanente em Saúde do Trabalhador;
- 6- Encaminhamentos do Seminário de Violência Institucional;
- 7- Encaminhamentos do Seminário de Violência Contra a Mulher;
- 8- Resposta da Comissão de RH ao Ofício nº 1988/2016 reiterando o Ofício nº 1176/2016, do Ministério Público Estadual acerca de deliberação ou discussão do IABAS;

9- Proposta de realização das seguintes Conferências de Saúde para 2017:

- Conferência Municipal de Saúde da Mulher (Abril)
- Conferência Municipal de Vigilância em Saúde (Junho)
- 19ª Conferência Municipal de Saúde (Outubro)
- Conferências Municipais Temáticas (Agosto ou Setembro).

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita inclusão de pauta. O CMS enviou representação deste Conselho ao Conselho Gestor do HSPM. O que fazemos lá, fazemos em nome do CMS. Ocorre que o ex-conselheiro Carlos Borsatti foi exonerado do HSPM por ser conselheiro. Ele havia feito várias denúncias contra a gestão nos anos de 2010 e 2011. O caso foi acompanhado na ocasião pela Comissão Inter-intraconselhos deste CMS. Foi feito um relatório e solicita que o mesmo seja lido no Pleno do CMS, pois considera importante que os conselheiros estejam a par do que ocorre. O caso já foi para a Ouvidoria e Ministério Público do Trabalho e Procuradoria Municipal. Outra questão diz respeito aos mandatos dos conselheiros gestores do HSPM. O mandato é de dois anos, com direito a uma recondução por conselheiro. Há alguns lá com mandato desde 2004, o que é ilegal. Solicita que essas questões entrem na pauta da reunião plenária de hoje. Isso também será encaminhado ao Ministério Público.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Manifesta-se porque não concorda com o pedido de inclusão. Também é conselheira no HSPM. De fato, esse assunto passou por lá, porém acredita que esteja havendo interpretação equivocada. Não deve haver ingerência de um Conselho sobre outro, somente em casos de recurso, quando há conflito se vai para a instância superior, como, por exemplo, no caso da Marcia Groeninga, em que houve conflito, o CMS teve que arbitrar. Este documento do HSPM foi para a Comissão Executiva do CMS que o encaminhou para a Interconselhos. E lá as providências estão sendo tomadas.

Deodato Rodrigues Alves Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: - questão de ordem: Quer saber se haverá inclusão. A discussão fica pra depois.

Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Questão de esclarecimento: Esse assunto entrou na pauta da Comissão Interconselhos, a conselheira Suely sugeriu arquivamento do caso, porém a conselheira Selma ponderou que o conselheiro Costa não estava presente na reunião e conseqüentemente na discussão, e adiamos a mesma para a próxima reunião da Comissão.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Vai consultar o Pleno porque em pedido de inclusão não cabe discussão.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lembra a todos que foi indicado pelo colegiado para ser o coordenador do Conselho gestor do HSPM. Jamais enviaria qualquer documento ao CMS por conta própria. Sugere que as atas das reuniões do Conselho Gestor do HSPM sejam lidas por este Colegiado.

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que o CMS é instância maior e qualquer um dos conselheiros deste Colegiado pode trazer uma discussão para o Pleno.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que retira sua solicitação de inclusão de pauta do primeiro documento, que fica para ser discutida na Comissão Interconselhos. Porém, mantém sua solicitação de inclusão para a questão do mandato dos conselheiros.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: lembra que esta questão também foi encaminhada para a Comissão Interconselhos.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que, como coordenadora adjunta, nesta semana assinou alguns documentos e não sabe se houve tempo hábil para todos chegarem às comissões. Este documento pode estar entre eles.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Relata que todos sabem que está passando por um momento difícil, com doença grave na família e diante da situação em que se encontra, deliberou que a Ana Rosa assinasse alguns documentos, como Coordenadora Adjunta da Comissão Executiva. Solicita inclusão de pauta para a indicação de dois representantes do CMS para o COAPES. Dois nomes, titular e suplente. Consulta o Pleno. Aprovada essa inclusão.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita que conste na presente ata que no Pleno anterior, em que foi discutida a viagem de conselheiros para o Maranhão, para participação no Congresso de Saúde do Trabalhador, que não tem nada pessoal contra os Conselheiros que participaram do referido Congresso, porém, que nenhuma comissão possa deliberar sobre viagem de conselheiros. Em nenhum momento e em nenhuma circunstância. Comissão analisa e encaminha. Não delibera. O Pleno é quem deve deliberar. A representação deste Conselho é paritária e a representação também deve ser. Sempre!

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Informa que a técnica da SMS que fará a apresentação da ordem do dia – SISPACTO terá que sair às 15h30 e, portanto, solicita inversão da pauta. Com a pauta aprovada, passa a palavra para a Sra. Silvia Grimm, do CEINFO.

Silvia Grimm, técnica da CEINFO: Apresenta-se, e informa que a CEINFO normalmente faz os cálculos dos indicadores. Na última semana conseguiram colocar no sistema as metas de 2016. O Município pactua o que vai fazer. No início do próximo ano, virão ao CMS apresentar os resultados. No dia 31 de novembro, foi feita inserção no sistema. Trouxe os valores para mostrar aos conselheiros.

APRESENTAÇÃO:

Status: Pactuação Validada **Ano de Referência:** 2016

Região de Saúde: SÃO PAULO

Estado: SÃO PAULO

Município: SÃO PAULO

Data: 30/11/2016

Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

1 U COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 80 %

2 E PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS 3,67 %

Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

3 E PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE 72 %

4 E PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM) 10,75 %

5 U RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA 0,48 RAZÃO

6 U RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA 0,27 RAZÃO

7 U PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR 47,7 %

8 E COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) 0,8 /100.000

Objetivo Nacional: Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

9 U TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL. 10,8 /1000

10 U PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS 100 %

11 U PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS 100 %

Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

12 U NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE 1100

N.Absoluto

TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO,

13 U CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS) 373 /100.000

14 U PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS 66,6 %

15 U PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL 78,2 %

16 U PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE 85 %

17 U PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA 98,5 %

18 U PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS. 3900 N.Absoluto

19 U NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS 8 N.Absoluto

20 E PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES 91 %

21 E PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE 86,5 %

23 E NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE 10 N.Absoluto

24 E PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE N/A N.Absoluto

PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS,

25 U CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ 100 %

Objetivo Nacional: Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A

26 U TODOS OS MUNICÍPIOS. 100 %

Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso

considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

27 E PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS 100 %

Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

28 U PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CONSELHO DE SAÚDE 0 N.Absoluto

Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

Objetivo Nacional: Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº Tipo Indicador Meta 2016 Unidade

29 E PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE N/A N.Absoluto.

Silvia Grimm esclarece que “u” significa indicador universal e “e” indicador específico, o Município escolhe. O Município de São Paulo tem pactuado todos os indicadores.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: queixa-se de que fica muito difícil ver isso sem a série histórica, o que vinha nos anos anteriores, para ser possível realizar uma análise global. Solicita que isso volte a ser feito, pelo menos de dois ou três anos atrás. Quer saber como fica a proporção de partos normais pelas Organizações Sociais – OSS. Quer ver também a proporção de vacinas. Por que está tão baixa? Quer entender esse número tão baixo. Deveríamos ter cobertura maior. Quantos agravos não foram notificados? Em números absolutos fica difícil a análise. Quanto às ações de educação permanente =100%. Qual é o pacto para o próximo ano?

Planos de saúde enviados ao CMS, considera estranho. Temos que discutir anualmente. Considera esse zero errado.

Quanto ao último dado, considera muito importante, a questão financeira do Município.

Silvia Grimm – Esclarece que a série histórica somente é vista quando se faz a avaliação. A apresentação de hoje é sobre as metas. Estamos pactuando as metas do ano de 2016. Ou seja, estamos pactuando um ano que está acabando. Isso deveria ter sido solicitado mais cedo.

Quanto aos números absolutos, no caso das notificações, diz que há de se obedecer ao que é solicitado. No caso de acidentes de trabalho, são solicitados os números absolutos. Vale fazer uma consulta à área técnica.

Quanto à proporção de vacinas no calendário, é mesmo muito confusa, pois eles escolhem oito vacinas para monitorar. Não quer dizer que estamos pactuando 66%. Diz que o Município garante 66%, porém atinge muito mais a cobertura vacinal.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Considera que aí deveria vir a relação de vacinas.

Silvia Grimm – Esclarece que o Ministério da Saúde é quem escolhe as vacinas, não são todas.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Considera que fica difícil a compreensão sem a série histórica, sem um maior detalhamento. Lembra que no ano passado vieram a Margarida do CEINFO, o Cláudio do Planejamento e o José Olympio da COVISA.

Silvia Grimm – Informa que foi solicitado a ela que viesse apresentar as metas que colocaram no sistema. Em março e abril, temos o banco de todas as metas e poderemos avaliar e apresenta-las. Vai enviar ao CMS o caderno de orientações do MS, bem como as fichas técnicas, que será bastante útil para a compreensão do que é solicitado, e de como tudo foi calculado.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Muitas dessas vacinas são do Governo Federal, verba fundo a fundo, como do Estadual. Desde que começou a crise, no governo Dilma, estamos com problemas de repasse. São Paulo é referência de política de saúde. Nesta apresentação, não foi falado como ficou o papel do Estado e do Governo Federal. O Estado é quem distribui as vacinas.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Declara que chamou sua atenção o fato de que no relatório, todos os indicadores, com exceção de um, são muito objetivos. Quando chega o indicador de educação permanente, é uma coisa totalmente aberta. !00% de que? É muita coisa para uma meta só. As ações deveriam ser desmembradas.

Silvia Grimm – É determinado. O Município está pactuando que tudo o que for proposto em educação permanente aconteça. Esse é o documento formal do Município com o MS. Mas nada impede que se detalhe com as diferentes áreas técnicas.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: propõe que, como se trata de uma área relativamente nova, a educação permanente seja discutida detalhadamente.

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Como se prevê um corte significativo das verbas para a saúde, o Município sempre leva a culpa de tudo. No HC, fizeram até papelzinho para distribuir e indicar às pessoas onde procurar atendimento fora do Hospital. Como vai ficar a situação em 2017, 2018 e mais 18 anos pela frente, que devido à aprovação da PEC 55, os governantes perdem o direito de

investir na saúde. As atribuições do Estado, Município e do Governo Federal devem ser separadas e bem explicadas. O papel de cada instância. Todos devem ver o quanto o Estado está sendo omisso no atendimento à população. Ficou recentemente internado por um período de três dias no Hospital São Paulo, e o mesmo está totalmente sucateado. A médica foi medir sua pressão arterial e o aparelho estava quebrado. Os médicos são profissionais excelentes, porém o hospital está sucateado, em péssimas condições.

Silvia Grimm – Vários municípios, por conta de alta de repasses, estão pactuando valores menores. Aqui, o Secretário Alexandre Padilha recusou-se a pactuar menos.

Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Quer saber como fica o papel das OSS. Pode ocorrer que as pessoas passam por consulta, mas não garantem a melhora na qualidade de atuação dos serviços de saúde sobre os quais a gente busca exercer o controle social.

Silvia Grimm – O contrato tem indicadores de controle. Precisa haver algum mecanismo para verificar esse controle. O CMS deve fazer uso de outros recursos, como por exemplo, o painel de monitoramento para fazer essa relação. Há instrumentos que possibilitam esse acompanhamento. O Pacto é um deles. O Painel é outro. Tem como verificar o desempenho de serviços nos nossos espaços de ação.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acompanha a UBS Sacomã praticamente todos os dias. Eles dizem que atendem, mas não atendem. A SPDM diminuiu o número de médicos. Há menos clínicos e pediatras, principalmente. Piora nos finais de semana e à noite. Eles dizem que no contrato anterior eles recebiam e que no contrato atual se não houver atendimento não há pagamento. Porém, a população necessita de atendimento. Quando uma profissional entra em licença maternidade, por exemplo, deve haver substituição, assim como nas férias dos profissionais.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Declara que estamos num momento de corte de gastos. Independente da PEC 55, que está lá para ser aprovada, os cortes já estão ocorrendo. Fizemos questionamento e a Secretaria colocava na mesa que o Estado deixava de repassar 100 milhões, por exemplo, e que isso teve impacto. Temos que ver quais cortes ocorreram e quais impactos acarretaram. Temos que pensar em ação futura, brigar para não haver mais cortes, para darmos o passo seguinte.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Foi contemplado com as falas da Ana Rosa e do Hugo. Esse quadro é informativo. Trabalha-se numa meta para o ano de 2016 já no final do ano. Cita a mortalidade infantil. Esse dado é do Município ou do Estado? Falta muita informação para que se possa realizar análise, principalmente para quem trabalha na periferia e utilizava muito os boletins da CEINFO que não estão sendo distribuídos.

Convidada Sra. Maria Helena Lima de Freitas: É do CONDEFI. Na época da pactuação estava na executiva deste Conselho. Na pactuação, as diretrizes e os objetivos deixavam claros os objetivos do SUS. Qual é a norma reguladora que favorece para as séries históricas?

Silvia Grimm – Esse dado de 10,8 é para o Município. Há diferenças entre as regiões, mas esse é o valor do Município. Houve estabilidade e duas regiões com redução: Capela do Socorro e Santo Amaro, com queda significativa e nenhuma região com tendência de aumento da mortalidade infantil na Cidade de São Paulo. Isso acompanhando série histórica, a partir de 2007. Em CEINFO, há outras formas de acompanhamento que estão disponíveis. Aqui hoje é só o Pacto e as metas. Outra prática é ir propondo metas que a gente quer que caiam, outras que aumentem ou se mantenham. A norma reguladora é pensada e enviada pelo Ministério. Vai enviar os cadernos. É tudo muito específico. Deve ser usado o banco de dados que pedem, como por exemplo, no caso das mamografias. Tem que usar o procedimento que eles pedem no Ministério, assim como o cálculo dos valores. Não tem como calcular de maneira diferente. Quanto aos boletins CEINFO, estão disponíveis online. Hoje é só o Pacto e as metas, com indicadores estabelecidos pelo Ministério. Espera que em breve se possa ver o que foi alcançado.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Agradece muito a participação da técnica do CEINFO, Sra. Silvia Grimm e diz que sente muita falta dos boletins da CEINFO.

Silvia Grimm – Não estão sendo produzidos boletins físicos. O ISA Capital, por exemplo, já está disponível online. Mas não em versão impressa. Vai passar o link. A produção continua. Agradece a todos.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Cabe ao CMS aprovar o SISPACTO para 2016. Consulta o Pleno.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Considera que o SISPACTO deva ser aprovado sem ressalvas.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita que sejam colocadas em ATA as ressalvas colocadas aqui. Temos que receber os relatórios de CEINFO para podermos dizer se está indo para o lado certo ou não. Daí a importância das ressalvas. São parâmetros para que a gente possa seguir.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Entende que não deva ser dessa forma. O SISPACTO continuará sendo acompanhado pelo Conselho. Não termina aqui. Só foram apresentadas as metas. Temos que guardar isso com carinho e quando formos analisar 2016, veremos se esses indicadores foram cumpridos. As ressalvas e restrições existem e podemos fazê-las. Consulta o Pleno: Aprovado por aclamação.

Volta à pauta original, com os **Informes da Mesa:**

Julio Cesar, Secretário Geral do CMS/SP: Informa que no dia 12/12, às 10h, as Comissões de Políticas de Saúde e de Orçamento e Finanças, com a participação do Dr. Jorge Kayano e coordenadores das comissões estarão se reunindo para finalizar os pareceres dos Relatórios Anuais de Gestão – RAG de 2013, 2014 e 2015, e que deverão ser aprovados na reunião plenária extraordinária do dia 15/12.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Pactuamos que faremos a aprovação dos relatórios com ressalvas, recomendações que serão colocados como anexos. A aprovação vai constar do SRGSUS. Solicita a todos os conselheiros compareçam. Temos feito atividades maravilhosas e muitos conselheiros não participam.

Julio Cesar, Secretário Geral do CMS/SP prossegue: O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu os seguintes documentos:

- 1 – Revista Visão Saúde;
- 2 – Revista RADIS;
- 3 – Revista Dr!
- 4 – Jornal do SIMESP;
- 5 – Livro: O que os médicos precisam saber sobre seus direitos;
- 6 – Revista Sampa Contra Aids;
- 7 – Livro: O que grandes cidades e políticas intersetoriais podem fazer pela primeira infância;
- 8 – Cadernos das Subprefeituras: Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras.

Finaliza os informes dizendo que espera que o profissional estagiário de biblioteconomia chegue no próximo ano para organizar a biblioteca do CMS.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita que essas revistas que chegaram recentemente sejam disponibilizadas aos conselheiros de forma eletrônica.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Passa ao Informes do Conselheiros.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Ocorreu ontem, dia 7 de dezembro, o 7º Seminário da Saúde da População Negra, com implementação de políticas em saúde da população negra no Município de São Paulo. Agradece à Adenilda, que esteve presente na abertura, com grande contribuição. Agradece à Beth, à Cícera, à Dona Conceição e faz uma cobrança a este Conselho. Toda a discussão e elaboração do seminário partiu daqui, estávamos ontem com mais de duzentos convidados deste Conselho e a representação do mesmo, com a presença de conselheiros, deixou muito a desejar. Que isso quando acontecer de novo, que o CMS vista a camisa, compareça, para poder discutir no território a riqueza que o Prof. Dennis, o Prof. Luiz, a Adenilda, o Secretário de Igualdade Racial, a Secretária Célia construíram que foi uma verdadeira construção de políticas. Tem orgulho deste mandato que todas as comissões conseguiram dar respostas às políticas. Vê que este Conselho precisa ter mais unidade na construção de políticas.

Adão do Carmo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Informa que na sua região, do Ipiranga, a Educação permanente tem sido sucesso absoluto. Os três segmentos comparecendo em

massa, com contribuições e compromisso. Parabeniza este Conselho pela resolução, pelo trabalho. Um sucesso desta gestão e deste Conselho.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Um dos informes é enfatizar a importância do comparecimento dos conselheiros não só no dia doze como no dia quinze. Há pessoas que não poderão estar presentes no dia quinze, como seu caso e do Pedro e o Pleno precisa ter quórum para votar os RAG 2013, 2014 e 2015.. Estamos no final do ano e propõe que a Comissão Executiva realize uma reunião de balanço do CMS, e também para vermos como proceder no próximo ano.

José Roberto de Oliveira e Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Informa que amanhã haverá eleições para os conselhos gestores das unidades e para a Supervisão de Saúde Sé. A posse será no dia 15 às 14 horas, no auditório da SMS, térreo.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Solicita que seja revista essa data e horário porque coincide com o Pleno extraordinário do CMS.

Convidada Maria Helena Lima de Freitas: Está dando o informe no lugar da conselheira Regina que no momento não está presente, pois foi buscar o mapa. São do CONDEFI e trouxeram em pen drive todos os relatos do quadriênio do CONDEFI. São mais de trezentas páginas. Relata sua preocupação com o futuro das autarquias municipais. Todos os conselheiros que tiverem interesse nesse material podem solicitar ao Júlio.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lembra que a Sra. Maria Helena pertence ao movimento social comunitário e foi indicada pelo movimento para a representação no CONDEFI.

Francisca Quinteros, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Informa que houve a inauguração do Hospital Dia na região, o Conselho está em formação, já iniciaram as reuniões. Solicita a participação de conselheiros da gestão nessas reuniões para esclarecer dúvidas e colaborar para a formação de um bom Conselho.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Reafirma seu pedido, diante da suspensão de algumas cirurgias eletivas, diante da falta de insumos, que o CMS solicite formalmente o quanto o governo do Estado está devendo. Isso porque no próximo ano estaremos sob outra gestão e será muito fácil culpar o passado. Receberam a informação que o Estado deve muito.

Informes das Comissões

Comissão de Orçamento e Finanças

Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Informa que a comissão sanou todas as questões deste ano. Na pauta da próxima reunião está a questão já citada do HSPM, a conselheira Suely fez sua apresentação, porém como o conselheiro Costa não estava presente aguardamos a próxima reunião. O caso da Marcia Groeninga já foi publicado no diário oficial, com resolução aprovada pelo CMS. No Hospital Cidade Tiradentes houve questionamento porque houve expulsão de um conselheiro usuário do conselho gestor. Fizeram análise e solicitaram a recondução do mesmo. O conselho Gestor não acatou a decisão do CMD, dizendo que era ingerência.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Complementa o informe, explicando que o que aconteceu com a Márcia Groeninga foi que colocamos na resolução aprovada por este Conselho a expressão “perseguição política”. Foi aprovado por esse Pleno. O gestor da STS não aceitou e nunca aceitou as decisões deste Conselho. Veio pedir à Dra. Célia, secretária adjunta, que falasse conosco porque este senhor falou que não foi perseguição política, que daria processo. Falamos que acataríamos de reformular a resolução se não retirasse a parte principal da recondução da conselheira. Desde que o Douglas publicasse as resoluções que desde 2015 vínhamos fazendo pela recondução da conselheira. Tem que passar de novo pelo Pleno.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Afirma que a Executiva não é deliberativa, e que a perseguição realmente ocorreu. Nosso posicionamento, bem como o do MP, não foi acatado. O CMS foi desacatado. Ela não foi reconduzida. Acredita que não se deve voltar atrás.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Tem que trazer para o Pleno referendar o que a Executiva recomendou. Queremos que publiquem o retorno da Marisa, mas não com o teor que consta da resolução. A expressão é muito forte, não deveria ter sido usada na resolução. A comissão executiva analisou e chegou a essa conclusão. Espera que o Pleno acate. O documento não ficou muito claro quanto ao que se referia o termo perseguição política. Dava a entender que era política partidária e não se trata disso. Queremos que eles respeitem as decisões do CMS e aceitem a recondução da Márcia no Conselho Gestor.

Deodato Rodrigues Alves Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: - questão de ordem: Solicita que se inclua no final das deliberações. Nos informes não deve haver discussão.

Hugo Fanton, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Afirma tratar-se de um ajuste de redação, que dá margem a interpretação errada. Complementa dizendo que o ajuste precisa ser deliberado, e não o mérito. Quanto ao mérito não há discordância. É isso que precisa ser deliberado no final da reunião.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Consulta o Pleno – Aprovada a adequação do texto.

Comissão de RH

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Diz que a reunião é na próxima semana, depois do Pleno. Houve problema de horário. A questão da IABAS não é do RH, mas de Política Pública. Outro assunto relevante é a questão dos contratos de emergência. Veio à reunião da comissão o Sr. Lovato, da AHM, que colocou que eles tinham ido ao MP porque tinha recebido denúncia. Havia ido responder. O contrato de emergência tomou outro caminho. O SINDSEP, assim como o COREN e todas as entidades em discussão estão acompanhando o caso. O Freitas estava na audiência, com muita gente. Ficou uma comissão que foi procurar o MP, na área de patrimônio. Houve audiência pública com muita gente. Saiu uma comissão para procurar o MP. Fomos chamados, e o Olavo fez questionamentos e encaminhamento. O MP colocou os limites que havia nos contratos de emergência. Focamos nas necessidades da população. O final da permanência deles nos hospitais a partir de 31/12 prejudicaria a assistência à população. O Olavo recomendou à equipe de transição do governo para que não fossem dispensados. Foi tudo encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e MP da Saúde. No dia 15, ele vai nos atender com abaixo-assinado. Como SINDSEP e demais entidades, estamos juntos com esses trabalhadores.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Comemora o fato porque os conselheiros não possuem poder de caneta, e afirma que o caminho correto seria encaminhar o ofício ao Secretário. Diz também que o ofício foi elaborado como o determinado, e que se todos se empenharem nessa luta, os resultados serão positivos.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Também é membro da comissão de RH, Fala que o CMS nunca foi omisso em relação aos trabalhadores. “Que em nenhum momento se fale que o CMS deixou os trabalhadores na mão”, diz. Que essas entidades comuniquem esse Conselho e deseje sucesso. Que não se fale que o CMS abriu mão desses trabalhadores. Que isso conste em ata.

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não foi comunicado desta movimentação. Na audiência pública quando um grupo de trabalhadores veio nos procurar, estamos nessa luta todos juntos. O CMS defende o direito sagrado destes trabalhadores. Eles trabalham de uma forma muito estressante. Estamos aqui para apoiá-los.

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Reforça fala do conselheiro Costa, e afirma que o CMS defende o direito ao trabalho dessas pessoas. Precisa mobilizar classes trabalhadoras. Pelos relatos na Câmara eles são ameaçados de demissão. A mobilização deve ser grande.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Alega que os promotores têm sido muito claros com esses contratos de emergência, e que os trabalhadores têm consciência de seus limites e direitos. Foi um período eleitoral, propício para discussões.

Comissão da Saúde da Mulher –

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:

A Coordenadora precisou se retirar porque não estava se sentindo bem, a conselheira Gersonita. Ela é a Coordenadora Adjunta. Tivemos problemas no Seminário, com poucos participantes, mas foi vitorioso o evento. A Dra. Fabíola, do MP,

faz ótimo trabalho na Cidade Tiradentes no quesito da Violência contra a Mulher. Ela explanou um belo trabalho aqui. Pedimos que remetesse para a Executiva para que essa doutora se apresentasse para o Pleno, devido à sua importância. Outro encaminhamento foi a questão do prefeito eleito Dória estar dizendo que vai extinguir a Secretaria de Mulheres. Foi proposta uma Moção de Repúdio.

Outra questão é a mobilização para a realização da Conferência de Saúde das Mulheres.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Fez um alerta quanto ao respeito ao Regimento. São três minutos para conselheiros e cinco para as comissões.

CIST –

Cecília Martins, Conselheira Suplente representante do Poder Público – SMS: Não houve reunião em novembro. Houve reunião extraordinária dia 02/12 e haverá outra amanhã, dia 9/12. Apresentaram proposta de Resolução dia 02, que será apresentada nas deliberações. Discutiram Educação Permanente em Saúde do Trabalhador . O Curso de Educação Permanente EAD tem sido bem recebido, desde 2014, com mais de 800 alunos, e sua repercussão na rede, sem custos. Houve participação dos CRST, da COVISA, da Maternidade Nova Cachoeirinha. Foi discutida a repercussão do curso na rede. A pauta de reunião de amanhã é a questão da Prestação de Contas sobre Saúde do Trabalhador. O coordenador da área Dr. Ricardo fará a apresentação.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: questão de esclarecimento: Respeita muito e elogia o trabalho que é muito bom. Fica preocupado com a resolução. Tem muito carinho pela Cecília e não desqualifica o trabalho que é muito bom. Analisou atas passadas de março e abril de 2013 (Atas 169 e 170). Esses encaminhamentos já foram dados. Hoje, estamos sob ataque direto do governo federal, quando pede reforma da previdência. Manda rever perícias, ataca LOAS . Em 89, tínhamos problema de amianto, mercúrio e discutíamos nessa época termos médicos peritos da prefeitura, para darmos resposta aos peritos do INSS. O pleno deve saber disso. Não é contra resolução. Está dando informe que falou na reunião da comissão sobre o que não concorda nesta resolução e o que falta nela.

Educação Permanente - Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Faz pequeno balanço de 2016. A Comissão fez reuniões regulares desde a sua constituição, com quórum e convidados permanentes, ampliando seus horizontes.. Aprovaram 3 resoluções: 5, 7 e 11. Aprovaram o Curso de Facilitadores que terá multiplicadores em toda a Cidade. Grupo de Trabalho de Comissão de Educação Permanente. Acredita que o Pleno vai incorporar o GT na comissão. Fizeram análise do RAG 2015 e considerações. Trabalharam bastante e há muito ainda a fazer. Estão propondo uma resolução de Educação Permanente.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Afirma que o curso no CMS iria começar neste ano, mas será transferido para 2017.

Comissão de Saúde do Idoso –

Elizabeth Ferreira, Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

Conseguiram atingir metas. Estiveram com Dr. Pascoal, tiveram audiência pública, para transporte sanitário que nós não tínhamos por falta de verba e solicitamos desde 2012. Recorremos ao MP. Dra. Claudia Berê esteve presente. O MP deu prazo para regularizar porque os idosos não podem continuar sem esse transporte para irem às UBS, nas especialidades.

Que o Programa PAI tenha outra rubrica para ter rubrica orçamentária. É engessado para 120 idosos. Não conseguimos contemplar os idosos para 16 equipes. Ampliação do programa PAI e a Educação Permanente para Cuidados com Capacitação. Estamos lutando para verba complementar para ter programa PAI ampliado com essa capacitação.

Dia 15 encaminhado pelo Dr. Paschoal, às 9h URSI e o Programa PAI no auditório da SMS.

Comissão de Comunicação-

João Cortez Neto, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul:

Relata que até ontem somente doze conselheiros foram gravar depoimento na CESCO. Haveria continuação hoje e amanhã. Julio enviou um comunicado. Até 17h. Depois será editado do jeito que estiver.

Dois conselheiros perguntaram sobre a Conferência Nacional de Comunicação – estão organizando. As informações serão repassadas aos conselheiros conforme forem chegando.

Era para ter acontecido um seminário, que não ocorreu.

O Conselho Gestor do Complexo Hospitalar Santa Catarina toma posse dia 16, às 10h. Solicita dois conselheiros presentes nesse dia, além da sua presença.

Comissão de Patologias e Doenças Raras-

Pedro Carlos Stelian, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias : Informa que a comissão se reuniu para análise do RAG 2015 e encaminhou o parecer para discussão do dia 12/12.

Comissão de Políticas Públicas-

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

Dia 30, houve reunião em conjunto com Orçamento e Finanças – RAG 2015

Conjunto de 22 perguntas elaboradas pelo Dr. Jorge Kayano. A resolução é de que as metas sejam concluídas no próximo ano. Avançamos bastante. Dia 12/12, haverá discussão em conjunto do RAG 2013, 2014 e 2015.

Comissão de Orçamento e Finanças-

Deodato Rodrigues Alves Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Por falha de comunicação não pode estar presente no dia 30.

Haverá reunião amanhã extraordinária. Dia 12/12 estaremos presentes para a análise do RAG 2015, após análise realizada pela Comissão.

Comissão de DST – Aids –

Regina Célia Pedrosa Vieira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:

Foi realizado um levantamento do ano todo. As reuniões serão bimestrais, das 10h às 13h. A Conferência será chamada para julho. Solicita que os membros da comissão compareçam às reuniões.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Comissão Saúde Mental: Não houve reunião.

Passa para as deliberações:

- 1- Aprovar calendário de reuniões para 2017 – Incluir reunião mensal de formação em Educação Permanente. O Curso de Educação Permanente seria realizado em novembro, mas não ocorreu por falta de tempo. Pergunta se há consenso. Propõe uma reunião mensal para os conselheiros inscritos. Mais de 40 conselheiros se inscreveram para ao curso de facilitadores. Queremos que ele ocorra. Que conste do calendário.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Preocupa-se não só com fazer agenda. Conselheiro não aparece. Temos que colocar em discussão. Quem não aparece deve ser substituído. Isso deve ser colocado como ponto de pauta. Observa mais, porque a gente não sabe quem vem para cá. Até notícia de mudança de prédio tem. E nós lutamos muito por esse espaço.

Não é só o agendamento, os grupos se reunirem, definir quem vai ficar em qual comissão para poder ser cobrado. Tem que haver compromisso das cadeiras, das entidades, compromisso com o Conselho. Vamos marcar essa agenda quando os segmentos derem os nomes e disserem quem vai estar lá. Propõe isso para o Pleno de janeiro.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Concorda com a fala do Costa. “Ele está coberto de razão”, diz. Todos têm que assumir seus compromissos. Devemos lutar para implementar tudo isso que estamos deliberando.

Regina Célia Pedrosa Vieira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias:

Propõe acrescentar no calendário uma reunião com os coordenadores das comissões uma vez por mês.

Maria Cícera Salles, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Reforça a importância de marcar uma reunião da comissão que foi tirada aqui, e afirma que o papel dos participantes não será fácil neste conselho e nos outros também. Sabe do compromisso de todos e das várias atividades que todos têm, além do CMS. Mas temos que cumprir nosso papel.

Solicita que seja feito um levantamento da frequência dos conselheiros pela secretaria geral nas comissões, de todos os segmentos Diz que é muito complicado realizar reunião sem quórum.

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:

Sugere que os vices sejam convidados para essa reunião dos (as) coordenadores (as). Sabe das dificuldades das companheiras que necessitam de transporte, nem sempre disponível. Temos que ter sensibilidade.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Acredita que o calendário deve ser votado e aprovado hoje. É a favor da inclusão da Educação Permanente. Discorda da fala do conselheiro Costa. Os conselheiros devem ser incentivados a comparecerem às reuniões. Isso foi feito no Estado e funcionou. Cuidado com os e-mails. Fala da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Saúde das Mulheres. A convocação da reunião não chegou a todos os membros da comissão. Reclama também do equívoco do horário da reunião da Comissão de Orçamento. Na sua agenda constava a reunião dia 7 de Orçamento. Estava aqui dia 7 e não houve reunião. Amanhã não poderá estar presente, pois não se programou para vir. "É fácil julgar os outros, mas entender o porquê a pessoa não pôde vir, ninguém procura entender".

Anselmo Silva, Conselheiro Suplente Representante do Movimento Popular de Saúde Norte:

Observa que em janeiro há reuniões marcadas para dias em que serão feriados.

Ivonildes Ferreira Da Silva, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:

Para aprovar essa agenda, as datas devem estar corretas.

Convidada Sra. Maria Helena Lima de Freitas : Lembra que era conselheira, inclusive da Comissão Executiva quando foi elaborado o regimento do CMS. Vamos reviver os objetivos originais para elaboração do regimento. As quatro permanentes técnicas executivas são compostas por conselheiros. As demais, com participação cidadã. Se é convidada da Comissão de Mulheres, nesta comissão é membro permanente, para depois, no futuro, compor o Conselho. Concorde com os conselheiros Costa e Adenilda.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro:

Esse curso de facilitadores foi aprovado no Pleno de outubro. Seria realizado em novembro. Estamos sem a data agendada. Só falta a data. É um curso muito importante até para o enfrentamento que vem por aí. O quanto antes começarmos, melhor. Tem concordância de ser uma vez por mês, e com a conselheira Regina sobre a reunião dos coordenadores de comissões.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Vai ser direto.

Está aqui diariamente. Vê todas as comissões. Ia atrás das pessoas para participar das comissões para dar quórum. Não viu trabalhador participar. E as comissões que eles coordenam não dão quórum. Pode provar. Não dá para aprovar agenda que não vai ser cumprida com um governo de direita. Que não vai ter compromisso com esse CMS. Não está acusando trabalhador. Precisamos de uma agenda que se cumpra. Que seja feita em janeiro, com todos os segmentos e com os nomes designados para cada comissão. Quem não pode vir, que seja substituído.

Angela Aparecida dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde:

Quer saber se há possibilidade de mudança de horário. Observa que se perde muito tempo debatendo as falas uns dos outros. Não está podendo participar de duas comissões e quer saber se pode indicar alguém. Justifica suas faltas pelas agendas do SINDPSI.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Considera a fala da Angela muito importante. Vamos parar de revidar as falas. Existem pessoas que querem se inscrever e como coordenadora tem que cortar, senão as reuniões ficam intermináveis. É idônea e respeita a todos.

Ana Rosa Garcia da Costa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Direito de resposta – Não ofendeu ninguém, a bancada inteira não ofendeu ninguém. Considera que deve ser resgatada a união entre usuários e trabalhadores. Fica difícil quando uma pessoa desagrega. Lembra da gestão passada do CMS, quando a comissão que o Alex coordenava fez apenas duas reuniões em dois anos. Foi chamada e deu quórum. Era do Conselho Estadual, mas veio. A palavra é sagrada. O que fala é verdade. Mentira, aqui não. Sindicatos são massacrados. Isso tem que acabar. Não agem dessa forma. Ou isso muda, ou vamos enfrentar um governo desunidos, e isso não é possível. Tem que haver respeito.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Acata as palavras da conselheira Ana Rosa. “Teremos um governo diferente. Teremos que nos unir.” Nós sabemos como vai ser. Temos que nos acostumar a nos respeitar mais. O calendário foi feito baseado no ano anterior. A própria comissão muda suas datas. Em processo de votação do calendário: **Aprovado por aclamação, com as inclusões.**

- 2- Confeção de Painel Móvel contendo a linha do tempo do Conselho Municipal de Saúde : Isso é importante para conhecermos a nossa história. **Aprovado por aclamação;**
- 3- Indicação de 01 representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa Núcleo de Hospital da Força Aérea de São Paulo – **Regina Célia Pedrosa Vieira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: - Aprovada por aclamação;**
- 4- Indicação de 01 representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Heliópolis – **Manoel Otaviano Da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários – Aprovado por aclamação;**
- 4- Resolução Educação Permanente em Saúde do Trabalhador - **Cecília Martins, Conselheira Suplente representante do Poder Público – SMS:** faz a leitura:

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO PAULO – CMS/SP
RESOLUÇÃO nº14/2016, de 08 de dezembro de 2016– CMS-SP**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 217ª Reunião Ordinária, realizada em 08/12/2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013,

No devido cumprimento à Constituição Federal, no Título VIII, Seção II, Da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508, de 28 de Junho de 2011;

Considerando o disposto às diretrizes da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora estabelecidas pela Portaria MS/GM nº. 1.823, de 23 de agosto de 2012 (MS, 2012);

Considerando a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, instituída através da Portaria nº 1679/2002 – RENAST;

Considerando a Política Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – Plano Plurianual, Município de São Paulo, 2013 (SMS/G, 2013);

Considerando que a Política Nacional e Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora têm como diretrizes promover a Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores, ampliar as ações de vigilância e construir a rede do cuidado em Saúde do Trabalhador - ST, tendo a Atenção Básica como ordenadora do cuidado nos territórios;

Considerando o Plano Plurianual de 2014-2017 (SMS) tem como meta investir na Educação Permanente em Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção em Saúde - RAS, em consonância com as diretrizes da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST, visando constituir a linha do cuidado em ST no SUS e incrementar as ações de assistência e vigilância e formação Saúde do Trabalhador;

Considerando a constituição, em 2014, do Grupo de Trabalho de Educação Permanente em Saúde do Trabalhador da SMS, composto pelos profissionais dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CRST- da Freguesia do Ó, SÉ, Mooca, Santo Amaro, Lapa e Leste; Área Técnica Saúde do Trabalhador da SMS.G; da Divisão de Educação, Núcleo de Educação à Distância e TV Corporativa São Paulo Saudável da Escola Municipal de Saúde;

Considerando que o Grupo de Trabalho de Educação Permanente em Saúde do Trabalhador elaborou e vem executando, desde 2014, o Curso EAD Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção à Saúde no Município de São Paulo, cujo o objetivo é Capacitar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde para desenvolver ações de promoção e prevenção em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora construindo coletivamente a Linha do Cuidado em Saúde do Trabalhador no Município de São Paulo;

Considerado que o curso enfatiza o aprendizado autônomo, com a modalidade a distância e encontros presenciais por região;

Considerando a realização de 4 (quatro) turmas nas quais foram capacitadas 800 pessoas entre trabalhadores, gestores e conselheiros de Saúde;

Considerando a boa receptividade e resultados concretos observados e relatos pelos participantes, tais como mudanças significativas nos ambientes e nos processos de trabalho;

Considerando que o curso caracteriza-se como uma ferramenta para a formulação coletiva de linha do cuidado em Saúde e Trabalhador e Matriciamento;

Considerando a necessidade de garantir, na execução da política de saúde, a categoria trabalho como um determinantes do processo saúde;

Considerando que os CRST, atuam como articulador e organizador das ações de assistência e vigilância nos territórios;

Considerando a necessidade da formulação de uma Política para à Saúde dos Trabalhadores do SUS no Município de São Paulo;

Considerando a necessidade de ampliar e qualificar às ações de Educação Permanente em Saúde do Trabalhador.

Resolve:

Instituir Grupo de Trabalho para Educação Permanente em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, como Grupo Permanente para apoio à Comissão Inter Setorial de Saúde do Trabalhador – CIST.

Compete a este Grupo de Trabalho apoiar, orientar, propor, acompanhar às ações da Política de Saúde do Trabalhador e dos Planos de Educação Permanente em Saúde do Trabalhador da SMS-SP, em conjunto com a Comissão de Educação Permanente do CMS.

Composição do Grupo de Trabalho para Educação Permanente em Saúde do Trabalhador:

Representantes dos 6 (seis) Centros de Referência em Saúde do Trabalhador;

Representantes da Área Técnica de Saúde do Trabalhador da SMS.G;

Representante da Gerência de Vigilância em Saúde do Trabalhador de COVISA;

Representante do Núcleo de Educação e Educação a Distância da Escola Municipal de Saúde;

Representantes das Escolas Municipais de Saúde Regionais;

Representantes do CMS, usuários, trabalhadores e gestores de forma paritária;

Representantes dos Conselhos Gestores das Supervisões de Saúde;

Representantes dos conselhos Gestores dos CRST;

Demais interessados e convidados.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Falou no começo da reunião e não vai repetir. Não é contra a resolução. Considera que deveria ser: Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador no Município de São Paulo e Educação Permanente. Segunda questão, que fala desde 2004, quando Eduardo Jorge, Helinho, Sérgio Carneiro desvirtuaram o papel dos CRST, quando os transformaram em Vigilância, tirando a assistência e sim fiscalizar a firma para multá-la, mudou-se completamente o caráter. Hoje, gostaria que estivesse na resolução a questão da assistência, principalmente nestes momentos em que estamos vivendo, o trabalhador fica à mercê de golpistas que perseguem trabalhadores e não teremos peritos no Município para defendê-los.

Maria Cícera de Salles, Conselheira Titular representante do Poder Público - SMS – Esteve na reunião da CIST. Fez o curso, inclusive. O que o Conselheiro Costa colocou há pouco não cabe aqui. É uma discussão a ser feita, mas não cabe nesta resolução que fala da Educação Permanente na Saúde do Trabalhador. O conselheiro Costa participou da reunião em que foi elaborada a resolução e suas propostas foram acatadas. Esse assunto é para outro momento. Cabe à CIST pautar.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em votação: Resolução Aprovada.

Conselheiro Airson Costa se absteve com declaração de voto : Deixa registrado que defendeu no Pleno de 08/12/2016 que os CRST fossem objeto de perito, para defender trabalhador, dar laudo médico e este Pleno votou que se faça Educação Permanente sem a presença de perito.

5- Encaminhamentos do Seminário de Violência Institucional: **não foi apresentado.**

6- Encaminhamentos do Seminário de Violência Contra a Mulher: **Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais:** Faz leitura da Recomendação e da Moção.

Recomendação

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 217ª Reunião Ordinária realizada em 08/12/2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Art. 1º, § 2º combinado com a Lei 12.546, de 07 de Janeiro de 1998, regulamentada pelo 53.990, de 13 de junho de 2013;

No devido cumprimento à Constituição Federal/1988, no título VIII, Capítulo II, Seção II, da Saúde em conformidade com a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de julho de 2011 e Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Regimento do CMS/SP;

Considerando que:

I - O Município de São Paulo tem sido um marco de exemplo no nosso país e nos países da América Latina, na luta árdua e contínua da violência contra a mulher, as mulheres negras, a luta contra o racismo, e na luta pela igualdade racial e contra a morte da juventude negra.

II - A extinção da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial é uma violência contra as mulheres Paulistanas, mulher negra, jovens, igualdade racial. O município de São Paulo e a SMPM e a SMPPIR representam símbolos de compromisso da administração municipal com as lutas das mulheres e da população negra por uma sociedade menos desigual, mais justa e livre de violência e violações de direitos.

III - Ao longo dos últimos anos no Brasil e no mundo, Organismos de Políticas para as Mulheres - OPM's tem sido implantados, seja em nível internacional como a ONU Mulheres da Organização das Nações Unidas, seja em nível nacional como a SPM e o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, ou nos municípios e estados por meio de Secretarias de Políticas para as Mulheres, o que demonstra a relevância do tema a ser assumido como uma responsabilidade de Estado.

Recomenda:

- que o Prefeito eleito da cidade de São Paulo, João Dória Jr., reconsidere e não extinga as Secretarias: Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

- que seja cumprido o orçamento/2017 destinado a estas secretarias, o que torna possível a realização das ações previstas no I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e no Planejamento da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

- que os Secretários(as) de Saúde do Município de São Paulo atual e futuro se empenhem em garantir a manutenção das Secretarias SMPM e SMPPIR;

- que no PPA 2018/2021 sejam garantidas ações que priorizem avanços rumo a maior inclusão e equidade de gênero e raça na cidade de São Paulo.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

08 de dezembro de 2016

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em votação: Recomendação Aprovada.

Ana Rosa Garcia da Costa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: faz a leitura da moção, com correções propostas pelos conselheiros.

Moção nº 04/2016

MOÇÃO DE REPÚDIO

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 217ª Reunião Ordinária realizada em 08/12/2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Art. 1º, § 2º combinado com a Lei 12.546, de 07 de Janeiro de 1998, regulamentada pelo 53.990, de 13 de junho de 2013;

No devido cumprimento à Constituição Federal/1988, no título VIII, Capítulo II, Seção II, da Saúde em conformidade com a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de julho de 2011 e Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Regimento do CMS/SP;

Considerando que as mulheres vítimas de violência são violentadas em seus direitos ao recorrerem as delegacias de polícia comuns, onde são atendidas por pessoas que não se solidarizam com a violência contra a mulher;

Considerando que o governo do Estado de São Paulo reduziu o atendimento das Delegacias de Mulheres, que funcionam apenas de 2ª a 6ª feira em horário comercial;

Repudiamos:

- a determinação do Governo do Estado de SP que reduziu o horário de funcionamento das Delegacias de Mulheres, passando a trabalhar somente de 2ª a 6ª feira, fechando aos finais de semana e à noite, horários em que aumenta o número de agressões as mulheres e sobe em gravidade o grau da violência;

- o Governo Estadual que não capacita e sensibiliza os(as) trabalhadores(as) da Polícia Civil e Militar para atendimento a rixas domésticas e violência contra a mulher, marginalizando e desqualificando estas vítimas, dificultando o encaminhamento qualificado em hora e tempo a hospitais e perícia.

Conselho Municipal de Saúde de São Paulo

Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que homens e mulheres nas delegacias zombam das mulheres. Que os homens participam as reuniões que tratam do tema de mulheres.

Anselmo Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte:– Propõe a troca da palavra “homens” por “pessoas”

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Sugere que os conselheiros considerassem acrescentar, no segundo item: dificultando o encaminhamento qualificado em hora e tempo a hospitais e perícia.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em votação: Moção aprovada por unanimidade.

- 7- Resposta da Comissão de RH ao Ofício nº 1988/2016 reiterando o Ofício nº 1176/2016, do Ministério Público Estadual acerca de deliberação ou discussão do IABAS: **Encaminhada para a Comissão de Políticas de Saúde;**
- 8- Proposta de realização das seguintes Conferências de Saúde para 2017:
- Conferência Municipal de Saúde da Mulher (Abril)
 - Conferência Municipal de Vigilância em Saúde (Junho)
 - 19ª Conferência Municipal de Saúde (Outubro)
 - Conferências Municipais Temáticas (Agosto ou Setembro).

Convidado Dr. Jorge Kayano – Tem dúvida porque a proposta não vincula as temáticas com as conferências de âmbito nacional. Deveriam seguir no cronograma das Nacionais. Que a Conferência Municipal seja realizada no primeiro semestre para alimentar o processo de elaboração dos Planos, das propostas de PPA e Plano Municipal de Saúde.

Deodato Rodrigues Alves Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Temos que ser prudentes. Temos que fazer Conferência de Mulheres, Vigilância e Municipal.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quando discutimos conferências temáticas, era época do golpe no governo Dilma A Dilma não cometeu crime nenhum e teve seu mandato cassado. O outro comprovadamente cometeu crime, mas está lá. Tem que discutir as políticas. Tirar políticas públicas de saúde.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Explica os motivos da realização dessas conferências.

Maria Cícera de Salles, Conselheira Titular representante do Poder Público: Temos que aprovar todas.

Ana Rosa Garcia da Costa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Ninguém é contra, a princípio, mas todos conseguem intuir alguns problemas. Importante a Municipal para contemplar o PPA – estarão todos os temas. Para as temáticas, deixaríamos para janeiro, levando para os movimentos realizarem seminários, levando para cada Conselheiro Gestor. Para a Conferência de Saúde das Mulheres sugere 800 pessoas no máximo, para fugir do Anhembi, que é muito caro.

Anselmo Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Se fizemos em agosto a municipal, as pré-conferências ficariam para julho.

Convidada Sra. Maria Helena Lima de Freitas: Concorda com conferência porque é espaço onde se discute política. Laicato, controle social, precarização do Estado, do trabalhador e dos direitos humanos. O povo escolheu um rico para gerir a cidade de São Paulo. Por que o povo escolheu um rico para gerir os Estados Unidos? Qual o interesse deles? A sedução realiza maravilhas. A demonologia é sedutora. Nosso conflito interno nos leva à divisão, nos ajuda a combater a sedução.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Semana passada o MS soltou portaria com a normatização para contratação de serviços de saúde usando a Constituição no Artigo 199 no país inteiro. Fazer conferências temáticas numa única conferência, separada da municipal. O Pleno valida de fato e levamos para a Municipal para propostas políticas. Conferência é o diálogo com o outro.

Duas conferências: uma municipal e outra temática.

O governo não vai chamar o CMS para fazer o plano municipal. Exemplo no Estado. Propõe incluir Vigilância e Mulheres nas Temáticas.

Ana Rosa Garcia da Costa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: questão de ordem – vai haver Conferência Nacional de Saúde da Mulher e Vigilância com data marcada. Não podemos misturar porque corremos riscos de termos nossa delegação alijada.

Francisco Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Considera que Seminário reduz a participação. A Conferência tem poder de resolutividade. Seminário não tem. Defende conferência para que se tenha participação nos movimentos.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Temos que ter o pé no chão para o próximo ano. Obrigatoriamente teremos enfrentamentos, que não devem ser em locais fechados. Neste ano estamos com dificuldade de engajamento. Acha prematuro definir isso agora. Não foi fácil fazer a conferência passada. Não precisamos nos precipitar. Em janeiro dá tempo de pensar.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Não há desencontro nas 3 conferências: Mulheres, Vigilância e Municipal. Com comissões paritárias 8/4/4.

Aprovadas por unanimidade.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Do ponto de vista legal, a participação social duas instâncias: Conselho e Conferências – conferência estabelece as políticas públicas que integrarão o PPA e as políticas. A população negra, por exemplo, é perseguida pelo governo golpista.

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Temos deliberação nacional a realização da Conferência das Mulheres. Luta nossa. A maioria da população é de mulheres. Estamos chegando a 58%.

Ana Rosa Garcia da Costa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Propõe a realização da Conferência da Saúde das Mulheres nos dias 7 e 8 de abril.

Airson Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não podemos atropelar as temáticas. Não vão abrir mão das conferências que seu segmento discutir.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Comitê do COAPES – 2 nomes. Como há discordância, vamos solicitar paridade entre os representantes do CMS no Comitê do COAPES. Não ficou definido o segmento. Propõe que se aprove com paridade, e depois veremos os nomes.

Julio Cesar Caruzzo, secretário geral do CMS consulta a gestão: ficam definidos 4 representantes do CMS no Comitê do COAPES: 2 usuários, um trabalhador e um gestor.

Maria Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste, coordenadora da Comissão Executiva: Os nomes serão definidos depois. No Pleno do dia 15/12 haverá a homenagem ao Sr. Naelson Correia Guimarães a partir das 13h, que dará nome ao Plenário do CMS, o Pleno às 14h e depois a confraternização.

Coloca em votação a aprovação das cartas das Secretarias de Políticas para as Mulheres e Igualdade Racial que todos receberam e foram entregues pela conselheira Ana Rosa. **Aprovadas .**

Cumprimenta a todos e encerra a reunião às 19h32.